AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
Amazon, Organizations and Sustainability
v. 2, n.1, jan./jun. 2013, *p. 71-84*
ISSN online: 2238-8893

PROCESSO DECISÓRIO NO SETOR ELÉTRICO: UM ESTUDO SOBRE O TRAMO-OESTE

DECISION MAKING IN THE ENERGY SECTOR: A STUDY ON THE TRAMO-OESTE

André Luiz Nazareth Santiago[*]
Fabrini Quadros Borges[**]
Fabricio Quadros Borges[***]
Ismael Matos Da Silva[****]

Resumo

Este estudo objetiva analisar a fase de formulação do processo decisório em uma instituição pública no que tange aos interesses de seus idealizadores e seus possíveis ganhos ao implantar suas ações através da implantação de um empreendimento estruturado em 1996 e inaugurado em 1998, o TRAMO-OESTE. A metodologia fundamentou-se em uma coleta de dados a partir de literatura especializada e documentos junto a órgãos no ambiente político e econômico das regiões beneficiadas com a implantação do TRAMO-OESTE. A análise de dados baseou-se na teoria da escolha pública, para avaliar a existência de possíveis "ganhos" eleitorais por parte do partido que concebeu o projeto. O estudo concluiu que o processo decisório envolvido na construção da linha de transmissão do TRAMO-OESTE foi articulado de maneira política com objetivo de alcançar "ganhos" eleitorais.

Palavras-chave: Processo decisório. Desenvolvimento. TRAMO-OESTE. Política. Economia.

Abstract:

This study aims to analyze the formulation phase of the decision-making process in a public institution regarding the interests of their creators and their potential gains when deploying their actions through the implementation of an enterprise created in 1996 and opened in 1998, the TRAMO-WEST . The methodology was based on a collection of data from specialized literature and documents from the organs in the political and economic environment of the regions benefit from deploying the TRAMO-WEST. Data analysis was based on public choice theory, to assess the possible existence of "gains" election by the party who conceived the project. The study concluded that the decision-making process involved in the construction of the transmission line TRAMO-WEST was articulated in a political manner in order to achieve "gains" election.

Keywords: *Decision process. Development. TRAMO-WEST. Policy. Economics.*

Manuscript first received/Recebido em: 17/03/2013 / Manuscript accepted/Aprovado em: 10/05/2013

[*] Mestre em Economia pela Universidade da Amazônia (UNAMA) alnsantiago@hotmail.com
[**] Doutorando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professor do quadro permanente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). fabrini.borges@gmail.com
[***] Pós-Doutor pelo IPEN/Universidade de São Paulo (USP). Professor do quadro permanente do Instituto Federal do Pará (IFPA). Professor do Programa de Mestrado de Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA). doctorborges@bol.com.br
[****] Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Professor do quadro permanente da Universidade do stado do Pará (UEPA). imds21@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação aborda o processo de decisão referente à política energética, buscando aprofundar sobre seus determinantes e procurando compreender os mecanismos sobre os quais se apoia e assim identificar os atores que participam da decisão, partindo do acompanhamento de um caso em particular: a decisão do Ministério do Planejamento de implantar o Sistema de Transmissão do Oeste do Pará (TRAMO-OESTE). O estudo procura mostrar como o processo foi evoluindo e como os atores foram se posicionando até chegar à implantação do mesmo, a fim de compreender seus interesses.

As decisões precisam ser tomadas no âmbito governamental. Certamente, essas escolhas causam algum tipo de impacto no desempenho futuro e/ou no direcionamento do governo. Tipicamente essas decisões são complexas, envolvem situações novas e não vivenciadas anteriormente e, muitas vezes, os processos se desenvolvem baseados em pressões e podem eventualmente ser iniciados com um conhecimento muito limitado sobre o que precisará ser decidido; assim, entender como foi processada uma escolha e o motivo dessa escolha nos ajuda a entender como ocorre o processo ajudando, desse modo, em futuras decisões ou em reflexões de futuras decisões.

Este estudo tem como objetivo geral analisar o processo decisório envolvido na concepção do Sistema de Transmissão do Oeste do Pará (TRAMO-OESTE), frente aos ambientes políticos no qual foi processado, descrevendo a sua natureza assim como seus estímulos e atores. Por isso procurou atender aos objetivos específicos de: identificar os atores e o seu grau de participação na fase de formulação da decisão; identificar os canais pelos quais a decisão foi processada; identificar os beneficiados e prejudicados politicamente com a implantação do TRAMO-OESTE, os ambientes presentes no processo do TRAMO-OESTE, a natureza da decisão e seus estímulos.

O estudo se justifica na medida em que levanta subsídios de avaliações e orienta caminhos balizados ao processo de tomada de decisão para o posicionamento e a decisão sobre a implantação de projetos de infraestrutura energética, como o TRAMO-OESTE. Em geral, é baseado em aspectos quantitativos, financeiros e políticos que são identificados apenas sob o ponto de vista dos idealizadores, seja esse ponto de vista baseado no chamado bem estar do desenvolvimento econômico ou político. No caso das decisões políticas, essas são baseadas em critérios não técnicos, buscando-se, desta forma, "ganhos" eleitorais, enquanto as decisões econômicas são voltadas sempre para a maximização dos investimentos do estado para o bem estar coletivo. Neste cenário meio que político e econômico, foi configurado o cenário estudado nesta investigação.

É preciso considerar que esse tipo de infraestrutura, geralmente de grandes dimensões, produz, igualmente, efeitos de natureza quantitativa sobre as regiões onde se instala – no caso deste estudo, o Oeste Paraense. Neste contexto, verifica-se que existem vários fatores não qualitativos de suma importância, que se tornam necessários que se reconheçam em projetos de infraestrutura elétrica como no caso do tema de estudo do trabalho – o processo decisório. Entender a natureza da escolha, o momento e o cenário (político e econômico) que ela ocorreu ajuda a traçar a linha que o estado articulou para implantar o projeto aqui analisado.

Nesse sentido, analisar o processo decisório do TRAMO-OESTE sob o foco da teoria da escolha pública ajudará a visualizar as decisões políticas e econômicas do governo, verificando-as sob um ponto de vista global, analisando como a decisão foi processada em um conjunto de poderes repartidos por diferentes agentes com funções diferentes no sistema político: Executivo, Legislativo, Sistema Judicial, Administração Pública, Partidos Políticos e Grupos de interesse; todos eles interferem na possibilidade e capacidade de implantação dessas políticas. Análise da escolha pública não é o objeto, pois este é em parte comum ao campo de investigação da economia política, mas o método que será aplicado ao objeto aqui estudado.

Outro fator a ser abordado é a institucionalização e operacionalização do setor elétrico nas regiões, que trazem à tona a necessidade do cumprimento de uma série de exigências técnicas, desencadeando, desta forma, um processo político de negociação e tomada de decisão. Esse processo visa, principalmente, alcançar as fontes de financiamento para a manutenção do setor elétrico. Interessa saber aqui, considerando uma suposta ambiguidade técnica política do processo decisório, como esses elementos se comportaram na formulação das decisões que levaram à construção do TRAMO-OESTE.

Como não há na literatura informações sobre o processo decisório acerca do TRAMO-OESTE, resolveu-se fazer uma pesquisa a esse respeito, formulando-se a seguinte pergunta: como se desenvolveu o

processo de decisão do sistema de transmissão do TRAMO-OESTE no Estado do Pará? Nesta perspectiva, aprofunda-se sobre suas determinantes e tenta-se entender os mecanismos sobre os quais se apoiou. Parte-se da hipótese de que o processo decisório, envolvido na construção da linha de transmissão do TRAMO-OESTE, foi articulado de maneira política, com objetivo de alcançar "ganhos" eleitorais por parte do PSDB, partido que implantou o projeto e que, na época de sua implantação, estava no poder do Governo Federal com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e no Governo do Estado do Pará com Almir José de Oliveira Gabriel.

A comprovação ou não dessa hipótese será realizada a partir de observações e análises mais aprofundadas do processo decisório a partir do estudo de caso do TRAMO-OESTE, com o suporte do conhecimento teórico obtido em vários campos da ciência. Para a realização de seu objetivo, além desta introdução, o estudo é composto por outras quatro etapas: aspectos metodológicos; referencial da teoria da escolha pública; análise e apresentação de resultados; e as considerações finais.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem do problema como uma investigação qualitativa. Esse tipo de pesquisa procura dar seu enfoque para a subjetividade, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser quantificadas (MINAYO, 2010). Nesse sentido, concebe-se o processo decisório ocorrido no TRAMO-OESTE como o objeto maior a ser estudado nesta investigação, uma vez que ele existiu como um elo entre a concepção do projeto e a sua implantação. As relações entre os participantes do processo decisório, portanto, deverão contribuir para que possamos mapear como foi arquitetada e instituída a decisão do TRAMO-OESTE. O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, idealizado por Karl Popper, filósofo austríaco. Ele defende o caráter hipotético de todo o conhecimento científico, a possibilidade de estabelecer que hipóteses sejam mais indicadas a outras.

A investigação é descritiva e exploratória. Descritiva, na medida em que sua intenção é descrever características de determinados fenômenos, abordando quatro aspectos importantes: descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos da época aqui estudada. Exploratória, pois se constitui em uma primeira abordagem de estudo de caso da instituição pesquisada, além de buscar a compreensão da natureza geral do problema ou a situação atual para caracterizar o processo decisório do TRAMO-OESTE. De maneira genérica, entende-se por estudo de caso um método em que o fenômeno é estudado e analisado em seu ambiente. É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade e cuja análise se dá de forma mais profunda. Godoy (2011) afirma que "o estudo de caso é a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder algumas questões, como, por exemplo, como e por qual motivo certos fenômenos ocorrem."

A metodologia deste estudo está dividida basicamente em duas partes: coleta de dados e análise de dados.

A coleta de dados realizou-se a partir de um levantamento bibliográfico junto a literatura especializada e de um levantamento documental. O levantamento bibliográfico realizou uma revisão de literatura em livros, periódicos e jornais. A coleta documental foi realizada junto a órgãos vinculados às regiões beneficiadas com a implantação do TRAMO-OESTE, que ajudou na verificação do crescimento partidário de eleições antes e depois da implantação do projeto. As fontes foram: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério das Minas e Energia - MME, Ministério do Planejamento, Eletronorte, Eletrobras e Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Nestas fontes, foram analisados vários textos, tais como: atas, manuais, organogramas, fluxogramas, normas, regimentos, publicações no Diário Oficial, demais documentos institucionais e dados eleitorais.

A análise de dados utilizou como estratégia geral o desenvolvimento de uma estrutura descritiva básica sugerida por Yin (1994), seguindo a cronologia das fases do processo decisório do TRAMO-OESTE. De uma forma complementar, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin (2009), buscando analisar os conceitos de processo decisório no setor elétrico.

No desenvolvimento dos resultados, foi seguida uma estrutura linear-analítica, conforme a classificação descrita por Yin (1994), desenho esse apoiado em subtópicos. Quanto a esse aspecto da composição é importante ressaltar a questão da identidade do caso aqui estudado – o TRAMO-OESTE.

A metodologia desta investigação alerta para outras considerações essenciais. Apesar de o trabalho apresentar alguns dados quantitativos, eles têm a função de auxiliar na construção do ambiente eleitoral da região beneficiada pelo TRAMO-OESTE, no qual se desenvolveram os personagens referidos (partidos). Os demais dados são de caráter qualitativo. A avaliação desse tipo de informação requer critérios diferenciados para a construção de uma pesquisa de qualidade. Lincoln e Guba (1985) sugerem quatro desses critérios no estabelecimento da fidedignidade dos dados qualitativos: credibilidade, transferibilidade, segurança e confirmabilidade. A primeira diz respeito à confiança na verdade dos dados, sendo a multiplicidade de fatores essencial nesse aspecto. Neste trabalho, consegue-se alcançar esse critério através da utilização de diferentes fontes de evidências. A transferibilidade refere-se à capacidade de generalização dos dados. O estudo procura descrever com abundância o caso em suas diversas fases para permitir transferências futuras. Quanto à segurança, ou seja, a estabilidade dos dados frente ao tempo e mediante condições, procurou-se desenvolver a coleta dos diversos dados quase que simultaneamente. Outra técnica adotada para atingir esse critério foi a exposição das diversas etapas do estudo a outros pesquisadores, no caso orientador e colegas professores. A confirmabilidade se refere à objetividade ou neutralidade dos dados.

3 REFERENCIAL DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA (*PUBLIC CHOICE*)

As origens da *Public Choice* podem ser localizadas no final da década de 1940, conforme contextualizado na introdução deste artigo, à luz do debate sobre as funções de bem-estar de Bergson e Samuelson (MUELLER, 1989). Desde então, vem se desenvolvendo um importante programa de investigação cujo principal objetivo é aplicar um método da ciência econômica a um objeto que tradicionalmente tem sido considerado no âmbito da ciência política: grupos de interesse, partidos políticos, processo eleitoral, análise burocrática, escolha parlamentar e análise constitucional.

A Teoria da Escolha Pública foi, ao longo das últimas décadas, a principal crítica teórica de outra corrente (essa essencialmente econômica) que fundamenta a intervenção do Estado na economia do Bem-Estar (*Welfare Economics*). Enquanto esta se centra na análise dos "fracassos de mercado" que justificavam a intervenção corretora do Estado, a Teoria da Escolha Pública veio clarificar os "fracassos do governo" e os limites da intervenção desse mesmo Estado.

A chamada escola da *Public Choice* teve sua origem no conjunto de reflexões que alguns autores, entre os quais se destaca a figura de James Buchanan, desenvolvem desde os anos sessenta, visando a adoção de uma perspectiva econômica de análise dos fenômenos políticos, notadamente das decisões em situações de não mercado ou de mercado político.

Com a criação da revista econômica Papers on non-market decision making (1966), posteriormente denominada *Public Choice* (1968), a Teoria da Escolha Pública foi constituída formalmente. No entanto, importantes contribuições a esta abordagem vinham sendo desenvolvidas já na década anterior com as publicações de "An economic theory of democracy", de Anthony Downs, em 1957, e "The theory of committees and elections", de Duncan Black, em 1958.

O foco das análises tributárias da Teoria da escolha pública pretende alcançar as condições em que ocorre a alocação autorizada dos recursos públicos, definidos, previamente, pela escassez. Desse modo, esta abordagem visa elaborar modelos indicativos do processo de tomada de decisão nas instituições públicas, tendo como suposto os cursos alternativos da ação pública. O programa de pesquisa desta escola se desdobra na investigação de temas clássicos da ciência política, tais como as estruturas das decisões nas sociedades democráticas, o papel do legislativo na produção das escolhas coletivas, o desempenho e as estratégias das burocracias públicas e a deliberação e os constrangimentos nas finanças públicas.

Todos estes pontos destacam-se no repertório analítico da *Public Choice*, os quais são tratados pela perspectiva de uma Teoria Econômica da Democracia, para a qual a especificidade da política se subsume integralmente às categorias e à lógica da análise econômica. Mueller (1989) define *Public Choice* como

> [...] the economic study of non-market decision-making, or simply the application of economic to political science. The matter of public choice is the same as that of political science: the theory of the state, voting rules, voter behavior, party politics, the bureaucracy, and so on. The methodology of public choice is that of Economics, however. The basic behavioral postulate of public choice, as for economics, is that man is an egoistic, rational, utility maximizer.

De acordo com Dias (2009), a pergunta principal apresentada pela *Public Choice* seria: "se o Estado existe como uma espécie de substituto do mercado para fornecer bens públicos e eliminar externalidades, como seria possível a revelação das preferências por esses bens públicos?" Ainda conforme Dias (2009), a Teoria da *Public Choice,* contudo, começa a obter destaque nos trabalhos acadêmicos e passa a ser compreendida como uma continuidade dos métodos da teoria econômica tradicional para o ambiente conhecido como mercado político. Nessa perspectiva, o argumento fundamental seria o de que, seja no mercado ou na política, as pessoas comportavam-se de maneira a buscar interesses próprios. Dias (2009) destaca que foi observado que o aumento de gastos públicos é devido ao autointeresse de eleitores, políticos e burocratas, isto é, os economistas e cientistas políticos vinculados à *Public Choice* têm procurado esclarecer que os gastos públicos e a burocracia crescem de forma significativa e ineficiente, tornando a empresa pública bem menos eficaz que a empresa privada.

Observando as abordagens destacadas pela Teoria da Public Choice, apresentam-se as principais na visão de Dias (2009):

Quadro 1 – Principais abordagens contidas na teoria da escolha pública

ABORDAGEM	DESCRIÇÃO
LOGROLLING	Termo usado para denotar a troca de apoio entre políticos; quando os partidos são baseados em princípios de lealdade e disciplina partidária, a maior parte da atividade de logrolling é desenvolvida no interior dos partidos; quando, ao contrário, os partidos são fracos e seus membros indisciplinados, as atividades de logrolling tendem a ser intensas e muitas vezes sem princípios.
GRUPOS DE INTERESSE	Muitos grupos sociais organizados têm intenso interesse em influenciar o governo pelos grandes ganhos que estão em jogo. Estes grupos são constituídos por empresas, associações empresariais, grupos específicos de funcionários do governo etc.
BUROCRATAS	Vários teóricos da Public Choice estudaram a burocracia, tanto em organizações públicas como privadas, procurando explicar interesses e motivações dos burocratas e sua relação entre os interesses individuais e os da corporação.
RENT-SEEKING	Tarifas sobre produtos e monopólios proporcionam ganhos para indústrias. Tradicionalmente, os economistas têm estudado os custos relacionados às perdas de consumo associadas à introdução dessas tarifas.

Fonte: Elaborado a partir de Dias (2009).

Todavia, apesar deste panorama de abordagens, muitas críticas são endereçadas à teoria da *Public Choice.* A percepção elementar e do mercado político é a principal delas. A enumeração de apenas algumas variáveis seria condita incoerente na medida em que existem muitos outros aspectos que estariam inseridos na discussão de determinação de visões políticas. Dias (2009) observa que as questões relativas à análise do governo, eleitores, legisladores e burocratas e a falta da análise sobre o poder executivo, partidos políticos e outras organizações comprometem o encadeamento da teoria.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Esta análise tem como objetivo consolidar e explanar os resultados obtidos e observados ao longo da pesquisa sob a ótica da Teoria da Escolha Pública, trabalhando resultados eleitorais da região de abrangência do TRAMO-OESTE. As primeiras teorias da política econômica supuseram, de forma mais ou menos explícita, que o Governo determinaria e, subsequentemente, executaria as decisões que seriam ótimas de acordo com uma função de bem-estar social. A delegação de poder de decisão neste agente por parte da sociedade seria assegurada através das eleições. Assim, de acordo com esta visão do Governo,

os eleitores, através de um processo eleitoral, escolheriam um agente que supostamente tomaria decisões, nomeadamente políticas econômicas, que seriam as melhores do ponto de vista da sociedade. Na verdade, estas decisões seriam melhores para os eleitores em particular e para toda a sociedade em geral do que aquelas que seriam tomadas pelos próprios eleitores se estes dispusessem de poder de decisão. Esta visão tradicional resultou da consideração de que o Governo ponderaria de forma mais correta as consequências das suas decisões ao longo de um horizonte temporal superior previsto pelos próprios eleitores.

Os teóricos da escola da *Public Choice* foram os primeiros a colocarem em causa aquela visão de "ditador benevolente" do Governo. De acordo com estes autores, o Governo, como qualquer outro agente econômico, deveria ser considerado como um agente egoísta nas suas decisões, isto é, um agente perseguindo os seus próprios interesses, os quais, em algumas circunstâncias, poderiam não coincidir com a maximização do bem-estar social. Assim, o Governo poderia ser visto como um agente constituído por políticos, cujo desejo de serem reeleitos (interesse privado) poderia não ser compatível com o bem-estar social (interesse geral).

Independentemente da validade dos argumentos daquela escola, é certo que a existência de eleições democráticas se associa frequentemente à questão de um ciclo eleitoral criado pelos governos resultantes dessas mesmas eleições. A realidade mostra que os governos reivindicam sempre que a sua política econômica não tem qualquer objetivo eleitoral, enquanto os partidos da oposição têm geralmente uma visão diferente. Claramente, por detrás desta troca de acusações, está a assunção de que os ciclos eleitorais são um fenômeno indesejável ou inaceitável.

A percepção social de que um ciclo eleitoral é um fenômeno indesejável antecipa uma possível forma de combatê-lo. No campo meramente teórico, uma abordagem ingênua consideraria a imposição de um mandato de duração infinita como a única forma de tornar um Governo egoísta, motivado eleitoralmente, num Governo altruísta, otimizando uma função do bem-estar. Não obstante, esta solução trivial pode ser posta em causa, ainda que em termos estritamente econômicos.

Mesmo se os aspectos não econômicos forem ignorados, ou seja, se nos abstrairmos dos objetivos válidos inerentes ao processo democrático, nomeadamente a flexibilidade política, a consideração de uma função objetiva inteiramente econômica ainda assim não conduz a uma resposta óbvia à questão: é a democracia má para a economia? Por um lado, a maioria das teorias dos ciclos eleitorais partilha a conclusão de que as eleições, de fato, podem envolver custos de natureza econômica. Em termos gerais, assim é na medida em que a instabilidade criada por governos motivados eleitoralmente se aceita ser prejudicial para a sociedade em longo prazo. Por outro lado, há pelo menos quatro motivos pelos quais as eleições podem também ter benefícios econômicos; os benefícios não econômicos são óbvios.

As eleições permitem: em primeiro lugar, "ter em conta as preferências e os interesses das gerações futuras"; em segundo lugar, "proceder à distinção entre governos competentes e incompetentes"; em terceiro lugar, "implantar estratégias de punição ou de recompensa eleitoral de acordo com o desempenho econômico dos governos"; em quarto lugar, "determinar qual o comportamento a assumir pelos eleitores para que, quanto mais um Governo atue de acordo com os genuínos interesses sociais, mais seja recompensado eleitoralmente" (CALEIRO, 2004).

Dito isto, chega-se aos resultados do trabalho e percebe-se, por meio analisar empreendida, cada um daqueles motivos pelos quais as eleições exercem, efetivamente, um papel econômico fundamental. Para melhor alcançar este objetivo, prosseguiu-se a análise através de uma apresentação dos resultados das eleições de 1994 e 1998, para os cargos de Presidente, Governador, Deputado Federal e Estadual, assim como dos dados das eleições de 1996 e 2000, para os cargos de prefeito e vereador, a fim de se perceber a importância do TRAMO-OESTE e ainda verificar que ele foi percebido pelos eleitores da região beneficiada pelo projeto como sendo de suma importância para o ciclo criado pelo PSDB no estado do Pará.

Desta forma, descreve-se, neste capítulo, a discussão sobre os resultados da pesquisa. Para análise desses resultados, como dito anteriormente, juntou-se alguns dados eleitorais das eleições de 1994, 1996, 1998 e 2000 a fim de abrir uma discussão que envolvesse tanto o processo eleitoral exercido antes da implantação do TRAMO-OESTE quanto os resultados eleitorais verificados depois de sua implantação. Nesse sentido, pegou-se os dados eleitorais do TSE das regiões beneficiadas e, ainda, de localidades da área de abrangência do empreendimento, a saber: que Altamira, Rurópolis, Itaituba, Santarém, Pacajá, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Medicilândia, Brasil Novo e Uruará.

Consolidados esses dados, começou-se a análise do nível de "ganhos" obtidos pelo PSDB nas

esferas Executiva federal, estadual e municipal, assim como nas esferas do legislativo. Desta forma, buscamos perceber o que estava envolvido no processo decisório do projeto e quais os interesses eleitorais que cercaram a implantação do mesmo. Agindo assim, conseguiu-se compreender o motivo das esferas do executivo e do legislativo se movimentarem para aprovar o PPA 1996-1999, mantendo o TRAMO-OESTE na pauta do início ao fim do processo, medindo a contrapartida do PSDB nas eleições seguintes, conseguindo, assim, mensurar a atividade política envolvida na decisão de implantar-se o projeto no estado paraense.

Como é de conhecimento de público, o Governo possui duas características: dado que é um dos principais responsáveis pela política econômica, constitui-se, portanto, um agente econômico; mas é também um agente político, considerando que existe em consequência de um processo decisório – as eleições. A ação do Governo influencia o estado da economia, mas é influenciada, por sua vez, também pela situação econômica, dado que os eleitores consideram geralmente o Governo como um dos principais responsáveis, senão mesmo o principal responsável, pelo estado da economia (hipótese da responsabilidade). Desta forma, o governo toma decisões não só visando a economia, mas também buscando manter-se no poder, e isso somente é possível através do processo eleitoral, com aprovação dos eleitores, que reconhecem que o governo agiu de acordo com os seus interesses.

Como os eleitores consideram o Governo como sendo o responsável pela evolução da economia, as funções de popularidade ou de votação, as quais explicam o apoio popular do Governo em função dos resultados econômicos, podem facilmente tornar-se funções do tipo objetivo para o próprio Governo, como no caso da implantação do TRAMO-OESTE, onde o reconhecimento por grande parte da população beneficiada de que o projeto trouxe "ganhos", poderão ser notados pelos eleitores. Essa percepção será mostrada com a análise a seguir dos dados eleitorais acima citados, buscando-se, assim, evidenciar que o PSDB obteve ganhos eleitorais ao implantar o TRAMO-OESTE, trazendo para a região "ganhos" econômicos que também foram percebidos pelos eleitores, visto os investimentos realizados no projeto – cerca de 250 milhões de reais em infraestrutura energética, o que trouxe benefícios sociais, econômicos e estruturais para a região.

Para começar a análise da possível existência de "ganhos" eleitorais por parte do PSDB, em primeiro lugar, consolidou-se os dados das eleições de 1994, 1996, 1998 e 2000, a fim de montar uma base de dados da região beneficiada pelo TRAMO-OESTE, separou-se duas bases, uma com a votação dos partidos nas eleições de 1994 e 1998 divida em votos por cargo – Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, – com intuito de mensurar o desempenho do PSDB analisando o número de votos obtidos antes e depois da implantação do projeto na região; em seguida nos detemo-nos ao número de candidatos eleitos para o cargo de prefeito e vereador, separando-os por seus respectivos partidos com mesmo objetivo de captar o desempenho de uma eleição para outra.

4.1 Análise das eleições para presidente na região do TRAMO-OESTE

Através dos dados obtidos, chegou-se até os resultados apresentados na tabela 1, os quais nos evidenciam o desempenho do PSDB no cargo de presidente nas eleições de 1994 e 1998, em que a disputa ocorreu entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Em ambas eleições, o candidato do PSDB saiu vitorioso já no 1° turno. O PSDB possuía em seu plano de governo, denominado de Brasil em Ação, o TRAMO-OESTE como uma de suas grandes ações para o estado do Pará. E com a implantação do projeto, percebe-se que o PSDB foi beneficiado pelo reconhecimento da população da região, visto que, nas eleições de 1994, o candidato do PSDB obteve na região beneficiada pelo TRAMO-OESTE 101.162 votos para o cargo de Presidente, o que representou 54,74% dos votos, ou seja, mais da metade dos eleitores isso quando o projeto ainda era um plano de governo para região. Já nas eleições de 1998, no ano da inauguração do projeto, o partido obteve 117.298 votos, o que representou 58,76% dos votos – um crescimento significativo de 15,95%. Sendo assim, percebe-se que os eleitores da região reconheceram a atuação do PSDB nessa área através do processo eleitoral.

Tabela 1 – Dados eleitorais das eleições de 1994 e 1998 para o cargo de presidente

	1994		1998		
Partido	**Votos**	**%**	**Votos**	**%**	**Crescimento (%)**
PSDB	101.162	54,76	117.298	58,76	15,95
PT	28.919	15,65	32.076	16,07	10,92
PSC	753	0,41	195	0,10	-74,10
PRONA	7.981	4,32	1.528	0,77	-80,85
OUTROS	9.189	4,97	16.744	8,39	82,22
Branco	21.643	11,72	9.736	4,88	-55,02
Nulo	15.092	8,17	22.047	11,04	46,08

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2012).

4.2 Análise das eleições para governador na região do TRAMO-OESTE

Ao serem analisadas as eleições para o cargo de Governador nos anos de 1994 e 1998, nas quais saiu-se vitorioso Almir José de Oliveira Gabriel, que teve como um de seus principais projetos para o estado a construção do TRAMO-OESTE, percebe-se, nos dados das Tabela 2 e 3, que a região beneficiada pelo projeto reconheceu o trabalho do PSDB nas duas eleições.

Tabela 2 – Dados eleitorais das eleições de 1994 e 1998 para o cargo de governador no 1° turno

	1994		1998		
Partido	**Votos**	**%**	**Votos**	**%**	**Crescimento (%)**
PSDB	49.280	26,68	70.049	35,09	42,14
PRONA	2.125	1,15	555	0,28	-73,88
PMDB	-	-	60.952	30,53	-
PSB	-	-	27.047	13,55	-
PSTU	-	-	1.332	0,67	-
PPR	49.829	26,97	-	-	-
PT	14.378	7,78	-	-	-
PRN	3.914	2,12	-	-	-
BRANCO	55.876	30,25	18.534	9,28	-66,83
NULO	9.337	5,05	21.155	10,60	126,57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2012).

Os dados que pautam essa afirmação são os números das eleições para governador do estado no ano de 1994. A eleição foi decidida no segundo turno pelos candidatos Jarbas Gonçalves Passarinho, do PPR, e Almir José de Oliveira Gabriel, do PSDB. O candidato do PSDB obteve, no primeiro turno, na região estudada, 49.829 votos, o que representou 26,68% dos votos da região.

Tabela 3 – Dados eleitorais das eleições de 1994 e 1998 para o cargo de governador 2° turno

	1994		1998		
Partido	**Votos**	**%**	**Votos**	**%**	**Crescimento (%)**
PSDB	98.384	65,18	83.053	47,16	-15,58
PPR	42.185	27,95	-	-	-
PMDB	-	-	85.137	48,35	-
BRANCO	1.689	1,12	1.929	1,10	14,21
NULO	8.693	5,76	5.973	3,39	-31,29

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2012).

No segundo turno, o candidato do PSDB obteve 98.384, o que representou 65,18%. Já nas eleições seguintes, em 1998, o mesmo Almir José de Oliveira Gabriel no 1° turno, obteve 70.049 votos, que representaram 35,09%. Se comparado com o mesmo 1° turno da eleição anterior, o PSDB obteve um crescimento de 40,58% de uma eleição para outra. Como na eleição de 1994, a disputa foi decidida no segundo turno; só que, diferente da eleição anterior, o PSDB perdeu a disputa na região beneficiada pelo TRAMO-OESTE para o PMDB por uma diferença de apenas 2.084 votos.

4.3 Análise das eleições para deputado federal na região do TRAMO-OESTE

Na disputa para o cargo de deputado federal, podemos perceber, conforme ilustrado na tabela 4, os "ganhos" eleitorais do PSDB na região. Os votos do partido saíram do patamar de 1.070 votos nas eleições de 1994 – o que representava apenas 0,58% dos votos da região – para 47.230 nas eleições de 1998 – o que representou 23,66%. De um pleito para o outro, o partido obteve um crescimento impressionantes de 4.414,02%. O segundo colocado na região, em ambas as eleições, foi o PMDB. Em 1994, o partido obteve 31.913 – o que representou 17,27%. Já em 1998, o partido caiu um pouco e obteve 31.057 votos, que representaram 15,56% dos votos, ilustrando desta forma uma manutenção do partido na região.

Tabela 4 – Comparativo dos seis principais partidos nos municípios e localidades da área de abrangência do TRAMO-OESTE nas eleições de 1994 e 1998 para Deputado Federal

	1994		1998		
Partidos	**Votos**	**%**	**Votos**	**%**	**Crescimento (%)**
PPR	32.068	17,36	-	0,00	-100,00
PMDB	31.913	17,27	31.057	15,56	-2,68
PTB	16.135	8,73	1.558	0,78	-90,34
PT	11.327	6,13	14.159	7,09	25,00
PDT	5.888	3,19	5.159	2,58	-12,38
PSDB	1.070	0,58	47.230	23,66	4314,02
Outros	5.622	3,04	68.345	34,24	1115,67
Branco	38.760	20,98	15.299	7,66	-60,53
Nulo	41.956	22,71	16.816	8,42	-59,92

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2012).

4.4 Análise das eleições para deputado estadual na região do TRAMO-OESTE

No cargo de Deputado Estadual, também houve crescimento considerável do PSDB na região oeste paraense, conforme pode ser observado na Tabela 5. O partido alcançou, em 1994, 14.324 votos, o que representou 7,75% frente aos 28.192 que representou 14,12% votos um crescimento de 96,82%, sendo o segundo partido em votação neste cargo, em 1998, ficando atrás somente do PFL, com 30.832 votos, que representaram 15,45% – um crescimento de 91,93% de uma eleição para outra. Observa-se, aqui, o reconhecimento, por parte da população da região estudada, de outro aliado do PSDB – o PFL. Dessa forma, verifica-se que, assim como no cargo de Deputado Federal, a população reconhece seus beneméritos, sendo que o PSDB foi reconhecido com maior clareza, pois foi o partido que estava no poder no Governo Federal e Estadual.

Tabela 5 – Comparativo dos 6 principais partidos nos municípios e localidades da área de abrangência do TRAMO-OESTE nas eleições de 1994 e 1998 para Deputado Estadual

	1994		1998		
Partidos	**Votos**	**%**	**Votos**	**%**	**Crescimento (%)**
PMDB	34.409	18,63	27.787	13,92	-19,24
PPR	25.230	13,66	-	0,00	-100,00
PFL	16.064	8,70	30.832	15,45	91,93
PSDB	14.324	7,75	28.192	14,12	96,82
PT	12.182	6,59	19.894	9,97	63,31
PTB	5.635	3,05	6.917	3,47	22,75
Outros	10.595	5,74	58.785	29,45	454,84
Branco	34.177	18,50	12.742	6,38	-62,72
Nulo	32.123	17,39	14.474	7,25	-54,94

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2012).

4.5 Análise das eleições para prefeito na região do TRAMO-OESTE

Aqui se inicia a análise dos dados da esfera municipal referentes às eleições de 1996 e 2000 na mesma região beneficiada pelo TRAMO-OESTE. Começaremos esta análise com a exposição dos resultado encontrados nas eleições para prefeito com mesmo intuito de analisar os possíveis "ganhos" eleitorais com a implantação do projeto na região. Os dados da tabela **6** evidenciam que o partido conseguiu um número considerável na região. Das 10 cidades aqui analisadas, o partido conseguiu crescer 200%, saindo de 1 único prefeito eleito em 1996 para 3 nas eleições de 2000, participando ainda da coligação (PMDB/PSC/PPB/PRONA/ PDT/PV/PPS/PSDB/PMN/PSD/PGT/PTN), que elegeu o prefeito em Altamira, pelo PMDB. Dessa forma, levando-se em conta esta cidade, o PSDB conseguiu estar à frente de 4 das 10 cidades aqui analisadas; um percentual de participação no poder municipal de 40% das cidades aprovadas na análise. Sendo assim, o PSDB foi o partido que mais elegeu prefeitos na região aqui estudada, evidenciando a obtenção de ganhos eleitorais para o cargo de prefeito nas regiões beneficiadas pelo TRAMO-OESTE.

Tabela 6 – Prefeitos eleitos por partido nas regiões beneficiadas pelo TRAMO-OESTE nas eleições de 1996 e 2000

PARTIDO	1996	%	2000	%	Crescimento (%)
PFL	3	33,33	2	20,00	-33,33
PMDB	2	22,22	3	30,00	50,00
PL	0	0,00	0	0,00	-
PSDB	1	11,11	3	30,00	200,00
PT	0	0,00	1	10,00	-
PTB	2	22,22	1	10,00	-50,00
PSC	0	0,00	0	0,00	-
PPB	0	0,00	0	0,00	-
PSB	1	11,11	0	0,00	-100,00
TOTAL	**9**	**-**	**10**	**-**	**-**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2012).

4.6 Formação de ciclos eleitorais

Analisados os dados das eleições de 1994 e 1998 para os cargos de presidente, governador, deputado federal e deputado estadual e os dados das eleições para prefeito e vereador de 1996 e 2000, percebeu-se que os resultados de 1998 e 2000 foram tidos como as preferências sociais reveladas pela implantação do principal projeto do Governo do PSDB para região oeste paraense – o TRAMO-OESTE. Então, há que se admitir que a tentativa de maximizar aquele apoio popular pode ser compreendida como um sinônimo de políticas econômicas que são usadas para ganhar eleições e também que os governos podem ver as vitórias eleitorais como uma forma indispensável de executar o seu cenário político-econômico preferido. Refletindo esta aproximação, os primeiros estudos empíricos nesta matéria começaram, precisamente, com a formulação e estimação de funções de votação ou de popularidade.

A inclusão da popularidade na função objetivo do Governo do PSDB com a implantação do projeto implicou a existência de ciclos econômicos como ciclos eleitoralmente induzidos, que podem ser observados no estado com a reeleição do Governador Almir Gabriel – que ainda fez um sucessor do PSDB nas eleições de 2002, Simão Jatene, – e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, a referida inclusão contrasta com as explicações tradicionais do ciclo econômico que se centraram na existência de choques aleatórios e de instabilidade estrutural.

De fato, a teoria econômica da estabilização baseou-se obviamente na suposição prévia de que o Governo do PSDB estabilizou a evolução da economia, ou seja, na utilização deliberada de políticas econômicas de forma a eliminar, tanto quanto possível, as flutuações econômicas. Contudo, como se sabe, a capacidade para estabilizar a economia foi questionada pelos monetaristas desde as décadas de 50 e 60. A mobilização político-econômica viria a fornecer mais tarde um motivo pelo qual os governos não

só podem não querer estabilizar a economia, mas criam, mesmo intencionalmente, alguma instabilidade cíclica de forma a obter ganhos eleitorais, como visto no 2° mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, que controlou a situação cambial até o final das eleições para obter ganhos eleitorais. A crise se estabeleceu poucos meses após a sua posse, em 2002. Esta desestabilização deliberada resulta do fato de os eleitores tenderem a favorecer os governos que obtêm bons resultados econômicos perto das eleições. Consequentemente, estes mesmos governos exploram a memória dos eleitores, impondo, em algumas circunstâncias, uma conjuntura econômica relativamente menor no começo do mandato.

Em suma, os partidos têm vantagens ao anunciarem programas convergentes de forma a aumentarem as suas possibilidades de ganhar as eleições, como no caso do TRAMO-OESTE, que foi anunciado como plataforma de governo do Estado pelo então candidato Almir Gabriel e esteve presente no PPA 1996-1999 do então candidato à Presidência da República Fernando Henrique Cardoso. Mas, após a eleição, dispuseram também de incentivos para executar as suas políticas econômicas preferidas (já que tanto o Presidente quanto o Governador do estado do Pará eram do mesmo partido), as quais, por sua vez, não são diferentes das que foram anunciadas. Se, como é suposto, os eleitores são racionais e os partidos não são totalmente indiferentes perante as diversas possibilidades de políticas econômicas, o equilíbrio caracterizar-se-á pela divergência nas políticas, se os partidos não forem obrigados a executar as políticas anunciadas.

Uma questão crucial é, assim, a da credibilidade da política econômica. Por um lado, o partido eleito tem vantagens em implantar as políticas econômicas anunciadas, mas, por outro lado, terá também que considerar uma perda consequente na sua reputação se não as fizer. Em particular, os eleitores, sendo racionais, poderão não considerar credíveis as promessas eleitorais. Consequentemente, a credibilidade e a sustentabilidade da política econômica poderão ser questionadas na presença de ciclos eleitorais, se os eleitores dispuserem da informação que a política anunciada antes do período eleitoral será abandonada após as eleições.

Alesina (1997) Propôs a alteração da abordagem partidária dos ciclos eleitorais, considerando a influência de eleitores com expectativas racionais. Permitindo que os partidos sejam diferentes nas suas preferências quanto às políticas econômicas, na medida em que representam eleitores com diferentes interesses ou ideologias, Alesina (1997) concluiu, precisamente, que dois partidos com políticas ótimas diferentes têm incentivos diferentes para executar políticas econômicas que diferem das anunciadas ou prometidas. Para além disso, Alesina (1997) mostra como as eleições podem influenciar o estado da economia quando os eleitores, enfrentando resultados eleitorais incertos, são considerados racionais. A incerteza sobre as políticas econômicas partidárias futuras gera incerteza sobre as variáveis econômicas, que, por sua vez, podem gerar flutuações econômicas. Neste caso, o modelo mostra que, no começo de um mandato de um Governo como do PSDB – no estado e na república –, o produto estará abaixo/acima do seu nível natural e o desemprego acima/abaixo do seu nível natural. Após o ajustamento das expectativas, o produto e o desemprego convergem para o seu nível natural. Isso significa que o nível de atividade econômica, depois daquele ajustamento, deve ser independente de quem está no poder. No que diz respeito à taxa de inflação, o seu nível será sempre mais baixo/elevado durante o mandato de um partido de direita/esquerda dada a, suposta, maior aversão à subida dos preços por parte dos governos de direita.

A mensagem geral desses tipos de modelos oportunistas racionais de ciclos políticos é então que, dada a racionalidade dos eleitores, o oportunismo dos políticos é limitado, tendo por resultado ciclos eleitorais mais curtos e menos regulares. Daqui resulta que pode haver ciclos políticos nos instrumentos de política econômica que acontece quando os governos tentam sinalizar a sua competência, mas não necessariamente no nível da atividade econômica real, isto é, no crescimento e no desemprego, dada a racionalidade dos eleitores[1].

Um ponto final deve ser feito a respeito da evidência empírica. De fato, as diversas teorias de ciclos eleitorais geraram muitos estudos empíricos visando testar a existência deste tipo de ciclos nos seus vários formatos. De fato, a evidência empírica sugere que as políticas eleitoralmente induzidas são usadas, por vezes, e que seus resultados desejados se obtêm somente em algumas circunstâncias. Assim, a respeito da natureza insatisfatória dos resultados empíricos, pode-se ser conduzido a outra abordagem na qual seja possível admitir que os governos do PSDB sofreram de alguma racionalidade limitada e, assim, adotaram

[1] Em suma, a primeira geração dos modelos de ciclos eleitorais considerou a existência de eleitores (ingénuos) não racionais enquanto a segunda geração de modelos de ciclos eleitorais considerou eleitores inteiramente racionais. Em minha opinião, uma aproximação intermédia pode ser mais apropriada, isto é, uma que considere os eleitores dispondo de racionalidade limitada, os quais estão sujeitos a um processo de aprendizagem.

um comportamento de satisfação dos eleitores para a região oeste do Pará, tal como no modelo de Frey et al (1984). Como é sabido, a abordagem de Frey et al (1984) sugeriu uma reconciliação das visões oportunista e partidária. Perto das eleições, os governos necessitariam executar políticas oportunistas a fim de serem reeleitos. Isso, no governo do PSDB, tanto no estado quando na república, ficou evidenciado quando se fez de tudo para inaugurar mesmo que de forma parcial, o TRAMO-OESTE antes das eleições de 1998. Mas cabe lembrar que noutras vezes, quando seguros da reeleição e/ou sobretudo no início dos mandatos, prosseguiram objetivo partidários.

Desta forma, observa-se que o TRAMO-OESTE foi uma obra usada para captação eleitoral pelo PSDB, que se aproveitou da magnitude social do projeto para fazer crer que fosse a escolha dos eleitores, obtendo, assim, "ganhos" eleitorais para o partido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do processo decisório vem recebendo crescente atenção nas últimas duas décadas, seja pelas restrições financeiras impostas aos estados, seja pelo clamor da sociedade por gastos mais eficientes. Conferir como e por quais motivos ocorrem as políticas públicas, assim como os interesses políticos, tornou-se uma necessidade premente tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, ainda que para esses a questão não seja apenas de justiça social, mas também de promover o crescimento. Diante deste contexto, esta investigação representa uma oportunidade de análise deste ambiente junto à realidade do estado do Pará.

Diante do desafio de análise do processo decisório envolvido na concepção do Sistema de Transmissão do Oeste do Pará (TRAMO-OESTE), frente aos ambientes políticos nos quais foi processado, descrevendo a sua natureza assim como seus estímulos e atores, utilizou-se com auxilio da Teoria da Escolha Publica, para avaliar a existência de possíveis "ganhos" eleitorais por parte do partido que concebeu o projeto, no caso do estudo o PSDB, que estava presente no poder executivo na época da implantação do TRAMO-OESTE, tanto na esfera federal como estadual, nos cargos de Presidente da República e Governador do estado do Pará. Esses possíveis ganhos entende-se que evidenciam a natureza política da implantação do projeto na Região Oeste paraense. Buscou-se analisar dados eleitorais dos municípios beneficiados pelo projeto. Esses dados foram de eleições que ocorreram antes e após a implantação do projeto no estado paraense, com intuito de analisar o desempenho do PSDB na região, tentando verificar se a população da região reconheceu o projeto e atrelou a sua existência ao partido, verificando, desta forma, a existência ou não de "ganhos" eleitorais para o partido na região.

No tocante à questão central desta investigação, que indaga como se desenvolveu o processo de decisão do sistema de transmissão do TRAMO-OESTE no Estado do Pará, confirmou-se a hipótese levantada, isto é, o processo decisório, envolvido na construção da linha de transmissão do TRAMO-OESTE, foi articulado de maneira política com objetivo de alcançar "ganhos" eleitorais por parte do PSDB, partido que implantou o projeto e que na época de sua implantação estava no poder do Governo Federal com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e no Governo do Pará com Almir José de Oliveira Gabriel.

A confirmação desta hipótese partiu da análise dos dados apresentados anteriormente, que mostrou o crescimento do PSDB na região beneficiada pela implantação da linha de transmissão. Esses dados apresentam um crescimento considerável do partido na região, visto que foram analisadas eleições anteriores à concepção do projeto e após a sua implementação, chegando, desta forma, à conclusão de que existiram ganhos políticos do partido na região, dado o crescimento do mesmo, conseguindo alcançar um ciclo eleitoral no estado paraense, dado os 12 anos que permaneceu no poder estadual, e teve a região beneficiada pelo projeto como um de seus principais fóruns eleitorais do estado do Pará.

No âmbito do setor elétrico, este estudo contribui para a compreensão da dinâmica de tomada de decisão e alerta para a necessidade constante da criação de mecanismos que proporcionem maior transparência sobre como ocorre e quais os interesses que cercam um projeto dessa magnitude, ajudando a visualizar a governabilidade frente ao processo decisório.

No âmbito da pesquisa acadêmica, este trabalho representa uma contribuição ao realizar um fórum de discussão da política pública em um caso específico, o TRAMO-OESTE, construindo e avaliando

como a decisão foi processada e quais os interesses que a cercam, correlacionados à área energética, servindo também de referencial para outros trabalhos que utilizem a Teoria da escolha pública e pesquisa sobre processo decisório na mesma área (Ciência política).

Registram-se, dentre as limitações deste estudo, as dificuldades de consecução de dados mais detalhados e capazes de fornecer aspectos mais precisos a respeito do processo decisório de politicas públicas do TRAMO-OESTE. Estas limitações poderão ser reduzidas a partir de uma conscientização de futuras pesquisas analisadas sobre as vantagens da oportunidade da escolha pública como tomada de decisão. Também deve ser registrado que a variação positiva do número de eleitores entre as eleições de 1994 e 1998, de 4 pontos percentuais, diminui o crescimento real do PSDB, que foi de 15,95%.

E como sugestão de novas pesquisas, este trabalho não termina aqui, pois se refere a apenas mais um passo para o desenvolvimento do estudo do processo decisório do governo sob a ótica da ciência política. Novas pesquisas devem levar adiante esta proposta, colocando a Teoria da escolha pública em prática, analisando outros projetos ou decisões tomadas pelo governo, avaliando o seu impacto, assim como seus desdobramentos políticos nos pleitos eleitorais, tentando, assim, perceber se suas decisões são políticas ou econômicas. A transposição do TRAMO-OESTE, que atravessa a floresta dentro dos municípios da região da Calha Norte em direção a Manaus e que está em fase de conclusão em 2013, compreende outro terreno fértil para novos estudos sobre o processo decisório do governo sob a ótica da ciência política.

REFERÊNCIAS

ALESINA, Alberto; COHEN, G. D.; ROUBINI, N. **Political cycles and the macroeconomy**. Massachusetts: MIT Press, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: LDA, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasil em Ação. **Relatório Final 1996-1999**. Brasília, 2000.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório de avaliação do plano plurianual 1996-1999, para o exercício 1996.** Brasil em Ação. Brasília. Disponível em: www.mme.gov.br. Acesso em: 25 out. 2012.

BRASIL. Orçamento e Gestão. PPA 1996. **Manual de elaboração e gestão**. Brasília: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Disponível em: www.planejamento.gov.br. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. PPA 1996. **Procedimento para elaboração de programas**. Brasília: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Disponível em: www.planejamento.gov.br. Acesso em: 10 nov. 2012.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições**. Disponível em: www.tse.gov.br. Acesso em: 15 dez.2012.

BUCHANAN, J. M.; MUSGRAVE, R. A. **Public finance and public choice, two contrasting visions of the state.** Cambridge: The MIT Press, 1999.

_____. **Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento**. Brasília: Revista da Associação Brasileira de Orçamento Público, 2000.

_____. **Reforma orçamentária**. **Texto para discussão interna**. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, 1992.

CALEIRO, A. B. Democracia e Economia - Uma Discussão em torno do papel económico das eleições, EconPapers, Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8410, Acesso em: 20 fev.2013, 2004.

DAILAMI M. e Klein, M. **Government support to private infrastruture projects in emerging markets**. Washington: Country Economics Department, 1997.

DIAS, M. A. James Buchanan e a "política" na escolha pública. **Revista Ponto e Vírgula**, v.6, 2009.

FREY, Bruno S.; WERNER W.; SCHNEIDER, P. F.; GILBERT, Guy. Consensus and dissension among economists: an empirical enquiry. **American Economic Review,** v.74, n.5, 1984.

GODOY, A. S.; CALDEIRA, A. Barreiras e incentivos à aprendizagem organizacional: um estudo de caso. **REGE Revista de Gestão**, v.18, n. 4, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home. Acesso em: 18 nov.2012.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry.** Beverly Hills, CA: Sage Publications, Inc., 1985.
MARTINS, Gilberto de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. S. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. **Revista Emancipação,** UEPG, v.10, n.2, 2010.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes. Estruturas em cinco configuraçõe***s*. São Paulo: Atlas, 1995.

MUELLER, D. C. **Public Choice II:** a revised edition of public choice. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

YIN, Robert. **Case Study Research**: Design and Methods. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994.